

ATIVOS S.A.

Securitização de Créditos
Gestão de Cobrança



CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

2022

ANO BASE 2021

SUMÁRIO

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS	5
2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	5
3. POLÍTICAS PÚBLICAS	6
3.1. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas	6
3.2. Recursos para custeio das Políticas Públicas	7
3.3. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas	7
3.3.1. Desempenho Econômico-Financeiro	7
3.3.2. Desempenho dos Negócios	7
3.3.3. Estrutura de Custos	7
3.3.4. Responsabilidade Social.....	7
4. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	8
5. FATORES DE RISCOS	9
6. DADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS	9
6.1. Comentários sobre o desempenho operacional	9
7. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	10
7.1. Estrutura Administrativa	10
7.2. Política de Remuneração dos Administradores.....	11
8. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	13
8.1. Composição Acionária	13

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, continuamos a implementar ações alinhadas às diretrizes do Planejamento Estratégico, o que permitiu alcançarmos o melhor resultado da história da Empresa, fruto do comprometimento e do empenho de seus funcionários, bem como da confiança dos clientes e da sociedade.

Os resultados, além de corresponderem às expectativas dos acionistas, ensejaram a reabilitação de milhares de pessoas ao lhes facultar alternativas para solver suas dívidas e se habilitarem a retomarem seu relacionamento no mercado de crédito.

Assistida pelas melhores práticas, a Ativos implantou o seu Portal de Governança Corporativa, resultando em maior eficiência e tempestividade na comunicação com a Alta Administração sobre assuntos relativos às pautas dos Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

Durante o ano de 2021 a Ativos consolidou ações referentes ao atendimento às diretrizes emanadas da Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com destaque para ambiente virtual onde o cliente tem a oportunidade de efetuar as requisições quanto ao tratamento de seus dados.

Além dos dividendos repassados ao seu controlador, a Ativos, por meio do pagamento de mais de R\$ 202 MM, em 2021, na forma de impostos e contribuições, pôde contribuir sobremaneira para a sociedade, ainda que indiretamente.

No ano de 2022, em linha com seu Planejamento Estratégico, a Empresa canalizará seus esforços para modernizar suas operações, experimentar novos modelos de atuação e ampliar o volume de negócios de forma orgânica, com aquisição de novas carteiras, extensão dos canais de atendimento, ênfase nos canais digitais e parcerias estratégicas. Além disso, irá focar na utilização de modelos de cobrança e dados comportamentais, assim também na melhora dos processos negociais e de suporte com foco no cliente, na transformação digital e na eficiência.

Ronaldo Simon Ferreira
Presidente do Conselho de Administração

Samir Soares dos Santos
Diretor Presidente da Ativos S.A.

Considerando o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei n.º 13.303/2016; assim como o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto n.º 8.945/2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa (“Carta Anual”) da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros referente ao exercício social de 2021.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ	05.437.257/0001-29	NIRE	53.3.000.0700-4
Sede	Brasília-DF		
Tipo de estatal	Subsidiária de Sociedade de Economia Mista		
Acionista controlador	BB Cayman Islands Holding		
Tipo societário	Sociedade Anônima		
Tipo de capital	Fechado		
Abrangência de atuação	Nacional		
Setor de atuação	Securitização de Créditos		
Diretor-Presidente	Samir Soares dos Santos (61) 3424-5900 ativossa@ativossa.com.br ou presi@ativossa.com.br		
Auditores Independentes no ano-base (2021)	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Responsável Técnico: Luiz Carlos Oseliero Filho E-mail: luizoseliero@deloitte.com Telefone: (11) 5186-1000		
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual	Ronaldo Simon Ferreira (CPF 117.685.018-07) Asclepius Ramatiz Lopes Soares (CPF 443.087.101-97) Bruno Silva Dalcolmo (CPF 083.953.547-38) Eslei José de Moraes (CPF 391.384.701-44) José Alípio dos Santos (CPF 877.391.608-06) Larissa de Moraes Marra (CPF 976.298.121-91) Paulo César Simplício da Silva (CPF 497.415.437-00)		
Administradores subscritores da Carta Anual	Samir Soares dos Santos (CPF 605.192.586-49) Diretor-Presidente Aldécio André Lago (CPF 450.518.870-15) Diretor Daniel Reginatto Brum (CPF 956.331.460-34) Diretor Paulo Ricardo Costa Alves da Silva (CPF 513.341.860-49) Diretor		
Data de divulgação	Abril/2022		

POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei n.º 13.303/2016, em seu artigo 8º, incisos I, III e VIII, determina a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas às atividades desenvolvidas, à estrutura de controle, aos fatores de risco, aos dados econômico-financeiros, aos comentários dos administradores sobre o desempenho, às políticas e práticas de governança corporativa e à descrição da composição e da remuneração da administração.

As referidas informações estão detalhadas a seguir.

1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Fundada em 2002, com base na Resolução CMN n.º 2.686/2000, a Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros (Ativos S.A. ou Companhia) tem por objeto a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais e de investimento; sociedades de créditos imobiliários, de arrendamento mercantil, de créditos, financiamento e investimento; associações de poupança e empréstimo; caixas econômicas e companhias hipotecárias, realizando a gestão dos respectivos créditos. Pode, ainda, participar de outras sociedades.

Atuamos com eficiência na cobrança de créditos, observando com rigor as relações jurídicas e éticas na condução de nossas atividades, garantindo adequada remuneração dos capitais investidos pelos acionistas. Contribuímos para a economia, promovendo a reinclusão social de milhares de pessoas no mercado financeiro ao viabilizar condições de regularização de suas dívidas e retomar a participação no mercado financeiro, resgatando sua cidadania financeira.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Ativos S.A. é uma Subsidiária integral e indireta do Banco Brasil (Controlador), com sede em Brasília, que opera no mercado de créditos não performados (NPL *Non Performing Loans*) de instituições financeiras brasileiras. Nesse contexto, já adquirimos créditos NPLs das principais instituições financeiras do país, com foco no segmento de varejo, principalmente em operações sem garantia.

Encerramos 2021 com crescimento no mercado de atuação, realizando negociações com outras instituições, além do Banco do Brasil.

Destacando-se como uma securitizadora, reconhecida pela qualidade dos serviços e pela abrangência dos negócios a nível nacional, o *know-how* da Companhia traduz-se na gestão eficaz da recuperação de créditos adquiridos valendo-se de estrutura de custos (pessoal e infraestrutura) enxuta e especialização no desenvolvimento de estratégias de cobrança e gestão de canais de atendimento para o nicho de mercado em que atua.

.Na condição de importante *player* do mercado de securitização, buscamos impulsionar a economia atuando na recuperação de créditos inadimplidos. Estabelecemos parceria que asseguram os mesmos valores de integridade, idoneidade e respeito à comunidade e ao meio ambiente.

Por meio de empresas prestadoras de serviço de cobrança e de advocacia, além de outras empresas de *back office*, realizamos a gestão da cobrança dos créditos adquiridos.

No ano de 2021 os canais digitais representaram 39,35% dos negócios realizados pela Cia.

Em 2011, criamos a Subsidiária integral Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito (Ativos Gestão), cujo objeto consiste na “*prestação de serviços de gestão de cobrança extrajudicial e na recuperação de créditos de qualquer natureza*”.

A Ativos Gestão não possui estrutura própria e suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa da Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros (Acionista), ressarcindo-a pelas despesas correspondentes.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Ativos S.A. não desenvolve programas, ações e projetos e atividades finalísticas do Governo Federal.

Enquanto Subsidiária integral e indireta do Banco do Brasil, a Ativos S.A. alinha sua atuação às políticas e premissas do Controlador e, consequentemente, ao interesse público por ele perseguido como agente executor de políticas públicas governamentais.

As atividades desenvolvidas pela Ativos S.A. e sua subsidiária viabilizam o exercício das funções de relevante interesse coletivo previstas no Estatuto Social do Banco Brasil.

O Banco do Brasil, acionista controlador da Ativos S.A., é um importante agente do desenvolvimento econômico e social para o Brasil, que busca, através do seu objeto social, impulsionar a economia e o crescimento do país, atuando em apoio à administração pública na promoção de melhoria nos mais diversos setores. Os negócios do BB podem ser agrupados em seis segmentos: (i) Bancário; (ii) de Investimentos; (iii) de Gestão de Recursos; (iv) de Seguros Previdência e Capitalização; (v) de Meios de Pagamento; e (vi) Outros Segmentos.

Nesse contexto, o interesse público subjacente às atividades da Ativos S.A., em consonância com a permissão contida no art. 1º da Lei 11.908/2009, consiste em possibilitar ao Banco do Brasil a recuperação do crédito, ao ensejar a possibilidade de renegociação das dívidas sob sua gestão em condições diferenciadas (taxas, prazos, parcelamentos e descontos), em diversos canais de atendimento (internet, *mobile*, *contact center*, empresas de cobrança e atendimento pessoal), adequando os desembolsos às condições econômico-financeiras dos devedores, bem como apoia o Banco do Brasil de forma relevante no atingimento dos seus resultados. Com isso, resta atendido o princípio constitucional da Eficiência (CF/88, art. 37, caput).

Além disso, contribuímos para a recuperação da cidadania das pessoas, as quais, por razões diversas, tornaram-se inadimplentes, mas têm, nas condições oferecidas pela Companhia, a possibilidade de se reabilitarem no mercado de crédito, dispondo de nova oportunidade de acesso a recursos para a manutenção de suas atividades ou realização de novos investimentos.

As ações de investimento que compõem nosso Planejamento Estratégico e o Plano de Negócios da Ativos S.A. mantêm coerência com os direcionamentos da Estratégia Corporativa do Banco do Brasil.

3.1. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas

O Planejamento Estratégico e o Plano de Negócios, ambos previstos no artigo

16, §1º do Estatuto Social, são os instrumentos que estabelecem as diretrizes e os objetivos da Companhia.

A mensuração do resultado e a gestão de desempenho são realizadas por indicadores e metas estabelecidos anualmente pelo Conselho de Administração e aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério da Economia.

O Conselho de Administração acompanha periodicamente a evolução das metas e dos indicadores, verificando a necessidade de ajustes na estratégia na persecução dos objetivos estabelecidos para o período.

A meta relativa ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de Políticas Públicas é avaliada pelo indicador Negócios Sociais (NS), o qual, além de estar associado ao resultado da Companhia, mede o impacto social positivo gerado à sociedade, visto que a liquidação de uma operação pode significar o encerramento de um ciclo no qual a pessoa se encontrava inadimplente no mercado de crédito.

3.2. Recursos para custeio das Políticas Públicas

Os recursos para custeio de nossas ações voltadas à promoção ou reforço de políticas públicas advêm integralmente das atividades operacionais, com destaque para a receita gerada pela recuperação das carteiras de crédito. Nos caracterizamos como uma empresa não dependente de repasse governamental.

3.3. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das Políticas Públicas

A programação da execução orçamentária da Ativos S.A. se processa conforme o Programa de Dispendios Globais (PDG), aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração e pela Sest.

3.3.1. Desempenho Econômico-Financeiro

O volume de operações recebidas de janeiro a dezembro de 2021 proporcionou receitas efetivas no valor de R\$ 1.018.351 mil. Encerramos o ano com lucro líquido de R\$ 312.353 mil, o maior já alcançado em um único exercício.

3.3.2. Desempenho dos Negócios

De janeiro a dezembro, foram realizados 3 milhões de acordos.

3.3.3. Estrutura de Custos

A Diretoria Executiva prima pela administração rigorosa dos custos, mantendo-os em patamares compatíveis com as boas práticas de gestão, com os resultados esperados e em sintonia com as práticas do Conglomerado BB.

A Companhia possui um modelo de negócios com estrutura própria enxuta, focada na estratégia de cobrança, e alto nível de outsourcing. Em 2021, os custos da empresa, envolvendo principalmente custos de aquisição e de cobrança, excluídos os impostos, representaram apenas 4,5% de custos fixos.

3.3.4. Responsabilidade Social

Direcionamos nossas ações de cobrança pelo respeito aos direitos dos cidadãos, orientando as equipes de recuperação de créditos a pautarem suas ações nos estritos preceitos do Código de Defesa do Consumidor e nas demais legislações aplicáveis.

Geramos resultados compatíveis com as expectativas dos acionistas na remuneração de seus capitais, e contribuímos para a recuperação da cidadania de inúmeras pessoas que, por alguma razão, tornaram-se inadimplentes e, ao pagarem suas dívidas, podem novamente operar no mercado de crédito. Foram mais de 1.5 milhão de operações liquidadas no ano de 2021.

Tais resultados refletem positivamente outra esfera relevante para a sociedade: o pagamento de mais impostos e contribuições, cujo montante em 2021 foi de R\$ 202.821 mil, sendo:

	R\$ mil
IMPOSTOS APURADOS	VALORES
Imposto de Renda	(116.438)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(42.715)
COFINS	(37.564)
PIS/PASEP	(6.104)

Fonte: Demonstrações Contábeis Exercício 2021 – página 4.

Em 2021, por meio de incentivos fiscais, foram apoiados 3 (três) projetos vinculados ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), 3 (três) projetos vinculados ao Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa (FDPI), 2 (dois) projetos vinculados ao Promana Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e 1 (um) projeto vinculado ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD). A Ativos também apoiou projetos sociais de diversas regiões do país, em parceria com Fundação Banco do Brasil (FBB). Estas ações totalizaram R\$ 2.886 mil.

4. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Possuímos estrutura de gestão de riscos, controles internos e *compliance* formalmente instituída, com papéis e responsabilidades definidas em normativos e políticas internas alinhados ao Controlador (Banco do Brasil), mantendo a exposição ao risco compatível com nossos negócios, assegurando transparência, completude e exatidão de informações aos órgãos de controle.

Nosso modelo de gestão de riscos adotado envolve segregação de funções, decisões em diversos níveis hierárquicos, estrutura específica de gestão de riscos, alçadas, normas e procedimentos. Esse conjunto de medidas está amparado em estruturas e normativos claros e formalmente definidos, com observância às melhores práticas de mercado.

Adotamos modelo de decisões colegiadas, alinhado com políticas, diretrizes estratégicas e normativos internos, incorporando a gestão de riscos ao processo de tomada de decisão.

Disponibilizamos Canal de Denúncias para recepção de denúncias, inclusive anônimas, de ilícitos de qualquer natureza, relacionados às nossas atividades ou de nossa subsidiária ou outras informações que possam afetar quaisquer descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia. O canal está disponível no site: www.ativossa.com.br.

No âmbito da Governança Corporativa, implementamos conjunto de Políticas, aprovadas pelo Conselho de Administração e que norteiam aspectos de governança e transparência. Dentre tais Políticas, disponíveis para consulta em nosso site, destacamos:

- I. A Política de Gestão de Riscos, com diretrizes e responsabilidades sobre

o tema, em conformidade com as melhores práticas de mercado;

- II. A Política de Governança e Transparência, com diretrizes definidas pela Lei 13.303/2016 e em linha com as melhores práticas de mercado. Esta política foi aprovada pelo Conselho de Administração, na reunião de abril/2021, com atualizações sobre a vigente até então.

Somos reconhecidos pela gestão de riscos, conforme indicam os trabalhos realizados por órgãos de fiscalização de controles e por áreas especialistas de nosso Controlador.

5. FATORES DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos apresenta as diretrizes e os objetivos norteadores das atividades e da gestão de riscos aos quais estamos sujeitos: riscos de conformidade (*compliance*); de continuidade de negócios; de estratégia; de lavagem de dinheiro, de financiamento ao terrorismo e de corrupção ou para a integridade; de liquidez; de mercado, de reputação; de segurança da informação; operacional; e socioambiental.

Abordamos o gerenciamento de riscos com base em metodologias aderentes ao nosso porte e às características de negócios.

Adotamos diretrizes específicas para Gestão de Continuidade de Negócios para os processos-chave (críticos).

Consideramos a Governança Corporativa como premissa básica em nossas estratégias e adotamos padrões que são referência no mercado.

Esses modelos prescrevem práticas garantidoras do equilíbrio de direitos entre acionistas, a prestação de contas aos investidores, a ética no trato com os diversos públicos e a sustentabilidade dos negócios.

6. DADOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS

O lucro líquido em 2021 foi de R\$ 312.353 mil, o que representou 33% de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (RSPL), correspondendo a R\$ 0,45 por ação.

Ao final do exercício, a Companhia possuía, em aplicações financeiras de baixo risco e liquidez imediata, o montante de R\$ 312.895 mil, sem compromisso/empréstimo financeiro.

As principais despesas e receitas em 2021 estão detalhadas nas Demonstrações Contábeis – Exercício/2021, divulgada em nosso site.

Com base em nossos modelos orçamentários e perspectivas de mercado, projetamos um crescimento contínuo para os próximos 5 anos.

6.1. Comentários sobre o desempenho operacional

Em 2021, alcançamos o melhor resultado operacional em um único exercício, fruto do resultado de um conjunto de ações implementadas e pela dedicação e empenho de nossos funcionários, colaboradores e parceiros.

Foi mantida a estratégia de buscar a melhoria da experiência do cliente com ênfase em canais digitais e ações específicas em relação às empresas de cobrança terceirizada e *Contacts Centers* próprios. Os canais digitais representaram 39,4% do ingresso de caixa de 2021, elevação de 6% em comparação a 2020. A gestão eficiente dos canais contribuiu para receitas superiores ao orçado, com custos abaixo dos

previstos.

. No âmbito das interações em redes sociais e em sites externos, foram mantidas ações específicas de busca de solução para demandas recebidas visando a satisfação do cliente. O indicador que mede a qualidade de nosso atendimento apresentou elevação de 7,6% em comparação a 2020.

7. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

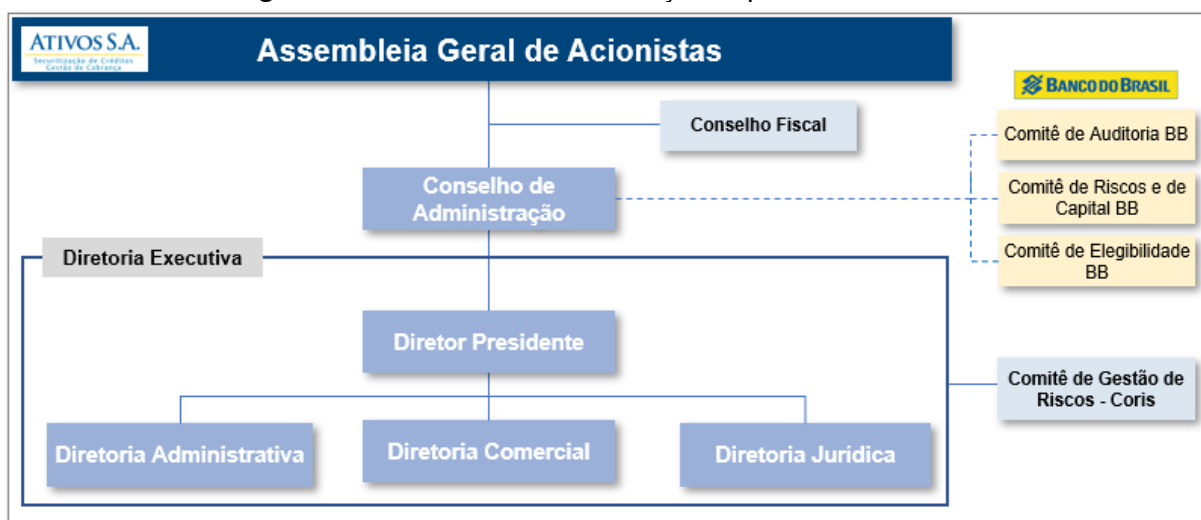
Incorporamos as melhores práticas de mercado na elaboração de normas e políticas, em cumprimento aos requisitos exigidos pela Lei das Estatais e do seu Decreto regulamentador, considerando as orientações da SEST, as diretrizes da CGPAR Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, buscando nível de excelência em governança corporativa.

7.1. Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa está estabelecida em nosso Estatuto Social e nos regimentos internos dos seus órgãos de governança.

É composta por Assembleia Geral de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Comitê Estratégico de Gestão de Riscos, a saber:

Figura 2: Estrutura de Governança Corporativa da Ativos



São órgãos de administração da Ativos S.A., integrados por brasileiros dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de Governança Corporativa, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo:

- i. o **Conselho de Administração**, que detém atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas. É composto por 7 membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo: 2 indicados pelo Governo Federal; 3 indicados pelo Banco do Brasil; e 2 conselheiros independentes; e
- ii. a **Diretoria Executiva**, responsável pela administração da Ativos S.A., seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração, com funções estabelecidas no Estatuto Social, composta por 4 membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles

Diretor-Presidente.

Integram a estrutura de governança os seguintes órgãos:

- i. o **Comitê Estratégico de Gestão de Riscos (CERIS)**;
- ii. o **Conselho Fiscal**, órgão permanente, fiscalizador e independente, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos administradores, especialmente em relação à gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Ativos S.A. É composto por 3 membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 2 indicados pelos acionistas e 1 indicado pelo Ministério da Economia, como representante do Tesouro Nacional.

O Conselho de Administração conta com o apoio de Comitês de Assessoramento, em regime de compartilhamento com o Controlador:

- i. **Comitê de Auditoria**, que tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização e manifestar-se sobre: (i) a qualidade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade do sistema de controles internos; e (iii) a efetividade das auditorias internas e independente;
- ii. **Comitê de Elegibilidade**, que tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração das entidades ligadas ao estabelecimento de Indicação e Sucessão de administradores; e
- iii. **Comitê de Riscos e de Capital**, cuja finalidade é assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado do Banco do Brasil.

Possuímos área dedicada às atividades da Secretaria de Governança Corporativa, a Secretaria Executiva - Gesec, que presta apoio administrativo às reuniões da Assembleia Geral dos Acionistas, dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva e da subsidiária.

7.2. Política de Remuneração dos Administradores

Nossa política de remuneração para administradores é regulamentada pelas Leis n.º 6.404/1976, n.º 13.303/2016 e pelo Estatuto Social da Ativos S.A., tendo por objetivo:

- i. Reforçar o compromisso com as estratégias corporativas, incrementar o resultado da Ativos S.A. e reconhecer o esforço de cada administrador, proporcionalmente ao atingimento das metas;
- ii. Compatibilizar a Política de Remuneração Variável à Política de Gestão de Risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos da Companhia;
- iii. Contribuir diretamente para o alcance dos objetivos, pois é constituído de diversos indicadores de desempenho derivados do Planejamento Estratégico e do Plano de Negócios.

A remuneração e os demais benefícios dos integrantes dos órgãos de Administração observam as determinações legais e são fixados anualmente pela

Assembleia Geral Ordinária (AGO) para o período de abril a março.

A composição da remuneração acompanha as práticas aplicadas pelo Banco do Brasil, bem como as regras definidas para as empresas estatais pela Sest. A remuneração total engloba uma parte fixa, outra variável e benefícios.

A Companhia possui o Programa de Remuneração Variável Anual – RVA, especificamente para os membros da Diretoria Executiva, não abrangendo membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

O Programa de RVA visa reconhecer o esforço dos dirigentes na construção dos resultados alcançados, com base no desempenho apurado de indicadores vinculados à estratégia corporativa.

Alinhada ao interesse público, e em benefício da sociedade, a remuneração variável dos administradores e dos empregados é influenciada pelo Indicador de Políticas Públicas, que reflete diretamente no percentual pago aos administradores através do Programa RVA, além de sensibilizar o valor distribuído aos funcionários pelo Programa PLR Participação nos Lucros ou Resultados.

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme estabelece o artigo 162, §3º da Lei n.º 6.404/1976, e a Lei n.º 9.292/1996, é fixada em 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores referentes aos benefícios diretos ou indiretos, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da Companhia.

Em atendimento à Lei n.º 13.303/2016 e ao Decreto n.º 8.945/2016, a tabela a seguir traz o valor global anual da remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva. As informações não são individualizadas, pois possuem natureza estratégica e, portanto, encontram-se sujeitas ao sigilo empresarial, de fonte constitucional, como decorrência da preservação da intimidade assegurada pelo art. 5º, inciso X, da Constituição Federal.

Tabela 1: Remuneração dos Administradores em 2021¹

Valores em R\$

ÓRGÃO	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Nº total de membros remunerados	7	3	4
i) Remuneração Fixa Anual:			
Salário ou pró-labore	334.776,85	139.781,54	1.644.848,70
Benefícios Diretos e Indiretos	não há	não há	1.338.251,80
Remuneração por participação em comitês	não há	não há	não há
Outros	não há	não há	não há
ii) Remuneração Variável:			
Bônus	não há	não há	não há
Participação nos Resultados	não há	não há	773.621,40
Comissões	não há	não há	não há
Outros	não há	não há	não há
(iii) Benefícios Pós-emprego	não há	não há	não há
(iv) Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	não há	não há	não há
(v) Remuneração baseada em ações	não há	não há	não há

(1) Fonte: Dados da Cia. (DRA abril/2019 a março/2020).

Os valores para o exercício 2021/2022, foram aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária de 30/04/2021. O pagamento da RVA ocorre em pecúnia e em ações do Controlador (BBAS 3), com 60% à vista, composta por 50% em pecúnia e 10% em ações; e 40% restantes em ações, diferidos em 4 anos. O pagamento a parcela diferida está sujeito a reversão em caso de redução de 20% ou mais no resultado da Companhia.

O efetivo pagamento de cada parcela da RVA, a ser realizado após a distribuição dos dividendos, fica condicionado à disponibilidade financeira e às regras

estabelecidas, sendo vedada a contratação de empréstimo para seu pagamento.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES

8.1. Composição Acionária

Somos uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31/10/2002, atualmente com capital social formado pelo BB Banco de Investimento S.A. (BB BI), com 49% das ações ordinárias e 100% das ações Preferenciais, e pelo *BB Cayman Islands Holding* (BB CI), com 51% das ações ordinárias.

A composição acionária em 31/12/2021 é representada pela figura 3:

Figura 3: Composição acionária (%)



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Ativos S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2022, atendendo ao inciso I do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30.06.2016.

Em 22 de março de 2022.

Ronaldo Simon Ferreira
Presidente do Conselho

Asclepius Ramatiz Lopes Soares
Vice-Presidente do Conselho

Bruno Silva Dalcolmo
Conselheiro

Eslei Jose de Moraes
Conselheiro

José Alípio dos Santos
Conselheiro

Larissa de Moraes Marra
Conselheiro

Paulo César Simplício da Silva
Conselheiro